

REVISTA MEDIAXXI, Ano X, nº 85

Luis Borges Gouveia

Janeiro de 2006

Professor Associado

Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Fernando Pessoa

<http://www.ufp.pt/~lmbg> | <http://lmbg.blogspot.com> | lmbg@ufp.pt

1) Quais principais entraves actuais à prossecução uma verdadeira Sociedade de Informação em Portugal?

A Sociedade da Informação (SI) pode ser caracterizada por três aspectos essenciais: (1) a grande importância do recurso informação e de esta estar predominantemente em formato digital (facilmente utilizável, transportável e convertível); (2) o uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação – TIC (em especial computadores e redes e num número crescente de dispositivos do dia a dia que incorporam computadores e redes) e (3) a predominância da organização em rede, quer para as relações entre indivíduos, quer nas empresas e demais formas de organização da nossa sociedade. Estas características são válidas à escala global, alterando o nosso sentido de limites geográficos. Um dos efeitos da globalização (companheiro inseparável da SI) é que não existe verdadeiramente diferença entre falar da sociedade da informação no mundo ou em Portugal. Vivemos assim um novo mundo no antigo, em que a mudança de atitudes e comportamentos é fundamental. Tanto para fazer face à globalização como para tirar partido das capacidades locais existem inúmeros desafios a vencer.

Os principais entraves são vencer os problemas de qualificação (de forma a incrementar a responsabilização e cidadania de todos nós) e a falta de competências (para assegurar o conhecimento que leve a uma acção efectiva, quer eficaz, quer eficiente). Até muito recentemente, o investimento em qualificação era suficiente, mas actualmente, pelo efeito acelerado da mudança, que impõe taxas de renovação do conhecimento extremamente altas (implica que o que hoje se aprende apenas é válido por um curso período de anos), leva a que seja necessário criar dinâmicas sociais e investir em pessoas mais do que nunca.

Apesar de tudo, fica mais barato que investir em tecnologia e acaba por ter um efeito mais sustentado num dado território. É claro que o desafio da qualificação e incremento das competências para a sociedade da informação é um desafio grande, moroso e difícil.

Mas atenção! Um povo que emigra, um povo de diáspora, tem capacidade de adaptação e realização muito para além do visível. E são essencialmente desafios de mudança, os desafios que se colocam.

2) Que papel deve desempenhar o poder político, central e local, de forma a promover condições para que os portugueses possam tirar partido das tecnologias de informação e comunicação?

O poder político nos seus diversos planos ao nível de intervenção do território deve prover as condições para a qualificação e incremento de competências, investindo em mais rigor e liberdade de acção. À primeira vista pode parecer contraditório, mas tal não é o caso. A tentação de controlo e dirigir a evolução é muito grande e uma tradição das

políticas europeias associadas à SI. Embora pelo discurso estas políticas se centrem muito nas preocupações com o social, muito pouco tem sido feito além da criação de infra-estruturas tecnológicas que consomem avultados investimentos que nunca são verdadeiramente recuperados, quer pelo efeito da própria evolução tecnológica que tem sido muito acelerada, quer pela desadequação das tecnologias aos seus potenciais utilizadores. O poder político mais do que emitir planos de maior ou menor detalhe deveria deixar à sociedade civil o desenvolvimento e exploração das suas propostas de valor, provendo uma visão unificadora e as balizas para esse tipo de acção.

Responsabilizando e delegando em cada região, de forma a preservar valores identitários e culturais que se poderiam explorar no contexto da SI, o papel mais importante do poder político seria o de estabelecer metas estratégicas e orientadoras para uma acção do estado como regulador e não como actor principal, indutor de boas práticas e não como elemento bloqueador de iniciativas e tomando em especial a administração pública central e local como primeiros exemplos do uso de TIC para “empurrar” a sociedade civil rumo à SI.

No plano nacional e local existem interesses e necessidades a colmatar que em si proporcionam tensões difíceis de resolver e conciliar. Numa perspectiva de gabinete e ainda mais se se tomar a tentação de produzir um plano que seja um livro de receitas ou um conjunto de medidas que sejam tomadas, independentemente dos contextos particulares dos territórios torna-se muito difícil potenciar e obter valor do investimento realizado. Quero crer que não é o caso.

3) O Plano Tecnológico pode ser uma medida estrutural importante numa gradual disseminação da Sociedade de Informação?

O plano tecnológico é em si importante, pois retoma a preocupação de governos anteriores para com a sociedade da informação. Possui, no entanto, alguns dos potenciais riscos que foram já referidos. Uma excessiva ênfase em meios tecnológicos apenas vem tornar mais visíveis os problemas sentidos pelas pessoas (esta parece ser uma maior preocupação em relação a planos anteriores). A perspectiva do território continua distante e muitas das preocupações já referidas pelo grupo de alto nível da APDSI parecem ser bastante relevantes, principalmente no que toca ao estabelecimento de prioridades, ao retorno a medidas fechadas e com provisão financeira pouco clara, ou mesmo ao simples facto de as medidas enunciadas nos seus três eixos possuírem diferentes níveis de abstracção, de realização e, mesmo de verificação, tornando o controlo do plano no seu global, difícil e caro (uma tradição europeia, em que se gasta quase tanto no controlo e nas questões administrativas como no terreno, na acção).

No entanto, o efeito de comunicação e de mobilização nacional que este tipo de plano pode proporcionar, torna-o desde logo um vencedor, porque trás para a ordem do dia a discussão de temas como o conhecimento, a inovação, a globalização e o valor dos nossos recursos humanos para primeiro plano. Importa agora discutir e fixar a estratégia que assegure as prioridades para este ciclo político (indicando o que tem de ser feito, o que pode ser feito e aquilo que não havendo recursos não será feito) e ter a coragem de levar essa estratégia a diante.